

Unidos em defesa das áreas verdes

Edilson Rodrigues/CB

GUILHERME GOULART
DA EQUIPE DO CORREIO

Moradores do Plano Piloto e representantes da Câmara Legislativa e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) se uniram para manifestar insatisfação contra as futuras construções nos lotes definidos como Restaurante de Unidade de Vizinhança (RUV), nas entrequadras da Asa Sul. Enquanto promotores de Justiça investigam possíveis irregularidades na utilização da área, deputados distritais e a comunidade apresentam alternativas para que os donos dos terrenos evitem mais intervenções nas quadras voltadas para as 400.

Nas últimas duas semanas, construtoras iniciaram obras para levantar prédios de três andares (subsolo, térreo e 1º andar) nas quadras 208 e 211 Sul. Tapumes de tábuas de compensado já cercam as áreas do futuro Bloco D ou Lote 35. Ali, árvores de pelo menos 40 anos foram derrubadas. E, de acordo com a Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap), outros 25 RUVs na Asa Sul aguardam novos empreendimentos.

A maioria dos lotes hoje explorados pelas empreiteiras foi negociada ainda na década de 60. A Administração Regional de Brasília defende que a idéia das áreas especiais nasceu na concepção de Brasília com o urbanista Lucio Costa. Elas deveriam suprir a falta de restaurantes nas proximidades das residenciais. Mas dois decretos de 1988 autorizaram os empreendedores a erguer qualquer tipo de comércio no terreno. A Conterc Construção, proprietária do lote na 211 Sul, e a Attos Construções e Incorporações, da 208 Sul, levantarão prédios para serem alugados nas áreas de 320m².

O início das obras, porém, revoltou os moradores das entrequadras. Cerca de 30 deles organizaram ontem pela manhã uma manifestação contra a edificação dos imóveis na região. Espalharam cartazes e faixas na área verde do último bloco da comercial da 207 Sul – diferente do publicado ontem, a quadra pode ter RUV. Ali, uma construtora deverá em breve cercar o local com tapumes. "Hoje cedo não deixei que funcionários da Terracap retirassem as palmeiras daqui. É um absurdo o que estão fazendo", afirmou a professora Márcia Alves Ferreira, 58.

A assessoria da Terracap confirmou que funcionários estiveram no local para transplantar pelo menos três árvores. Na última semana, os proprietários da construtora responsável pela futura obra na RUV da 207 Sul avi-



MORADORES DO PLANO PILOTO PROTESTARAM ONTEM NA ÁREA VERDE DA COMERCIAL DA 207 SUL: CONSTRUTORA PRETENDE CERCAR NOS PRÓXIMOS DIAS O TERRENO COM TAPUMES

O QUE SERÁ FEITO

Câmara Legislativa

✓ Deputados se uniram para reivindicar do governo local a revisão de autorizações para obras nos lotes do tipo Restaurante Unidade de Vizinhança (RUV), nas entrequadras da Asa Sul. A Moção 2.544, de 2005, foi aprovada por unanimidade no fim da semana passada. O documento cita o artigo 35, do Estatuto da Cidade, para sugerir a permuta do

terreno junto aos donos dos lotes. A moção leva as assinaturas dos distritais Arlete Sampaio (PT), Erika Kokay (PT) e Ivelise Longhi (PMDB).

Ministério Público

✓ O promotor Paulo José Leite Farias, da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), instaurou procedimento de investigação preliminar para apurar a legalidade das RUVs.

O pedido foi encaminhado ao Ministério Público por um morador da Asa Sul.

Moradores

✓ A prefeita da 211 Sul, Deusa Gomes Barbosa, pretende oferecer outra denúncia no Ministério Público para paralisar as obras nas entrequadras da Asa Sul. Ela já recolheu 800 assinaturas de moradores da quadra, que entendem as RUVs como áreas verdes.

sou que pretendo começar a mexer no terreno em breve. Para evitar o corte das plantas, os empregados pretendem removê-las para o Eixinho.

O avanço sobre as RUVs motivou José Ribamar Martins, 65, que também participou da mobilização, a encaminhar pedido ao Ministério Público. Ao lado de mais sete moradores da região,

ele listou motivos para que fosse analisada a possibilidade de vir a ser embargada a construção das RUVs nas quadras 208 e 211 Sul e a derrubada de árvores. O promotor Paulo José Leite Farias, da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), instaurou ontem procedimento de investigação preliminar para apurar o caso.

Permuta

Os moradores das entrequadras 208 e 211 Sul ganharam outro aliado na luta contra a construção de imóveis nas comerciais. Deputados da oposição e governistas aprovaram por unanimidade documento que reivindica ao Governo do Distrito Federal (GDF) a revisão de autorizações para obras nas RUVs. A moção

aprovada cita o artigo 35, do Estatuto das Cidades, que sugere a permuta do terreno por outros similares se o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural.

Para a distrital Arlete Sampaio (PT), as RUVs representam prejuízo para Brasília. De acordo com ela, os blocos aumentariam o fluxo de carros nas quadras. "As pessoas já estacionam em fila dupla. Temos de pensar na qualidade de vida sem perder mais uma área verde. Os lotes deveriam ser trocados", argumentou. O documento leva também as assinaturas de distritais como Erika Kokay (PT), Augusto Carvalho (PPS) e Ivelise Longhi (PMDB). Já o deputado Chico Leite (PT), encaminhou representação ao procurador-geral de Justiça do DF, Rogério Schiatti, com pedido de investigação sobre a legalidade das RUVs.

Apesar de já terem delimitado os lotes com tapumes, representantes das construtoras Conterc e Attos aceitariam a permuta caso o GDF ofereça terrenos similares no Plano Piloto. "Depende da oferta feita, mas teria de ser compatível com a área atual. Essa

oferta, porém, tem de ser feita logo, pois queremos iniciar as obras o mais rápido possível", disse o diretor-comercial da Conterc, Roberto Botelho.

O também diretor-comercial da Attos Incorporações, Élton Santos, avaliou cada área da Asa Sul em R\$ 2,5 milhões. Ele não acredita que o governo local tenha 25 lotes disponíveis e tão valorizados dentro do Plano Piloto para troca imediata com as empreiteiras. Contou ainda que a construção na 208 Sul só não começou porque o lote fica sobre redes de telefonia, água e energia. "Acho difícil a permuta, mas se for o caso, até trocamos."

Antônio Barpasson, da Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal, no entanto, entende que o valor das área varia entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão. A avaliação levou em conta a dificuldade de mexer no terreno, que fica em cima das redes de infra-estrutura. O porta-voz do GDF, Paulo Fona, afirmou que o governador Joaquim Roriz pedirá à Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar) avaliar se há terrenos disponíveis para troca.